Avanços na implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e o caminho para a COP17

La biodiversidad en un momento decisivo: avances en la implementación del Marco Mundial de Biodiversidad de Kunming-Montreal y el camino hacia la COP17

Progress in Implementing the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework and the Road to COP17

Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo: As reuniões do SBSTTA 28 e SBI 7, realizadas em Nairobi em julho e agosto de 2026, constituíram uma etapa central de preparação para a COP17 da Convenção sobre Diversidade Biológica. As discussões foram orientadas pelo primeiro *Global Report on Collective Progress in the Implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework*, que avaliou os avanços desde a adoção do Marco Global de Biodiversidade (GBF), em 2022. O balanço mostra progresso nos 23 alvos do GBF, porém conclui que a escala e a velocidade das ações permanecem insuficientes para alcançar os compromissos de 2030. Entre os principais desafios estão as lacunas de financiamento, capacidades institucionais e técnicas, transferência de tecnologia, sistemas de dados e monitoramento e integração da biodiversidade nas políticas públicas. As negociações em Nairobi também evidenciaram divergências sobre financiamento internacional, repartição de benefícios, biologia sintética e governança, além de reforçarem a importância da participação de povos indígenas, comunidades locais e outros atores. A interface com a saúde esteve presente especialmente nas discussões sobre One Health, zoonoses, manejo sustentável da vida silvestre e biossegurança. Os resultados estabelecem as bases para a primeira revisão global da implementação do GBF na COP17, em Yerevan, que deverá concentrar-se na aceleração das ações durante os quatro anos restantes até 2030.

Palavras-chave: biodiversidade; Marco Global de Biodiversidade; implementação; financiamento da biodiversidade; One Health.

Resumen: *Las reuniones del SBSTTA 28 y SBI 7, celebradas en Nairobi en julio y agosto de 2026, constituyeron una etapa central de preparación para la COP17 del Convenio sobre la Diversidad Biológica. Las discusiones estuvieron orientadas por el primer Global Report on Collective Progress in the Implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework, que evaluó los avances desde la adopción del Marco Mundial de Biodiversidad (GBF) en 2022. El balance identifica progresos en las 23 metas del GBF, pero concluye que la escala y el ritmo actuales de las acciones siguen siendo insuficientes para alcanzar los compromisos establecidos para 2030. Entre los principales desafíos se encuentran las brechas de financiamiento, las capacidades institucionales y técnicas, la transferencia de tecnología, los sistemas de datos y monitoreo y la integración de la biodiversidad en las políticas públicas. Las negociaciones en Nairobi también evidenciaron divergencias sobre el financiamiento internacional, la distribución de beneficios, la biología sintética y la gobernanza, al tiempo que reforzaron la importancia de la participación de los pueblos indígenas, las comunidades locales y otros actores. La interfaz con la salud estuvo presente especialmente en las discusiones sobre Una Salud (One Health),*

zoonosis, manejo sostenible de la vida silvestre y bioseguridad. Los resultados establecen las bases para la primera revisión global de la implementación del GBF en la COP17, en Ereván, que deberá centrarse en acelerar las acciones durante los cuatro años restantes hasta 2030.

Palabras clave: *biodiversidad; Marco Mundial de Biodiversidad; implementación; financiamiento de la biodiversidad; Una Salud.*

Abstract: *The SBSTTA 28 and SBI 7 meetings, held in Nairobi in July and August 2026, represented a key preparatory milestone for COP17 of the Convention on Biological Diversity. Discussions were informed by the first Global Report on Collective Progress in the Implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework, which assessed progress since the adoption of the Global Biodiversity Framework (GBF) in 2022. The assessment identifies progress across all 23 GBF targets but concludes that the current scale and pace of action remain insufficient to achieve the 2030 commitments. Major challenges include gaps in financing, institutional and technical capacities, technology transfer, data and monitoring systems, and the mainstreaming of biodiversity across public policies. Negotiations in Nairobi also highlighted disagreements over international biodiversity finance, benefit-sharing, synthetic biology and governance, while reinforcing the importance of Indigenous Peoples, local communities and other stakeholders in implementation. Health considerations emerged particularly through discussions on One Health, zoonotic diseases, sustainable wildlife management and biosafety. The Nairobi outcomes provide the foundation for the first global review of GBF implementation at COP17 in Yerevan, where attention is expected to shift toward accelerating implementation during the four remaining years to 2030.*

Keywords: *biodiversity; Global Biodiversity Framework; implementation; biodiversity finance; One Health.*

Entre 27 de julho e 12 de agosto de 2026, Nairobi, no Quênia, sediou duas reuniões centrais no processo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD): a 28ª reunião do Subsidiary Body on Scientific, Technical and Technological Advice (SBSTTA 28), realizada de 27 de julho a 1º de agosto, e a 7ª reunião do Subsidiary Body on Implementation (SBI 7), realizada de 4 a 12 de agosto. Juntas, as reuniões reuniram mais de 1.000 delegados e observadores e constituíram a principal etapa preparatória para a 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP17), que ocorrerá de 19 a 30 de outubro de 2026, em Yerevan, Armênia. A CBD possui atualmente 196 Partes.

O encontro ocorreu em um momento particularmente importante para a agenda global de biodiversidade. Adotado na COP15, em 2022, o Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework (GBF) estabeleceu quatro objetivos de longo prazo para 2050 e 23 metas para 2030, incluindo a missão de deter e reverter a perda de biodiversidade até o final desta década. O principal objetivo das reuniões foi avaliar o que efetivamente ocorreu desde a adoção do GBF, identificar os principais obstáculos à implementação e preparar recomendações políticas, financeiras, científicas e institucionais que permitam acelerar a ação durante os quatro anos restantes até 2030.

As duas instâncias desempenharam funções complementares. O SBSTTA 28 concentrou-se na base científica, técnica e tecnológica necessária para avaliar o progresso e orientar novas ações. Entre seus principais temas estiveram biodiversidade marinha e costeira; áreas

ecologicamente ou biologicamente significativas; áreas protegidas e conectividade ecológica; manejo sustentável da vida silvestre; biologia sintética; avaliações da IPBES; e relações entre biodiversidade e atividades empresariais. O SBI 7, por sua vez, discutiu as condições necessárias para transformar objetivos internacionais em implementação concreta, incluindo mobilização de recursos, mecanismo financeiro, capacitação, cooperação científica e tecnológica, integração da biodiversidade nas políticas públicas, governos subnacionais e cidades, comunicação e educação, implementação dos Protocolos de Cartagena e Nagoya e o mecanismo de repartição de benefícios associado às informações de sequência digital de recursos genéticos, incluindo o Fundo de Cali.

O primeiro balanço global da implementação do GBF

O elemento central das reuniões foi a preparação da primeira Global Review of Collective Progress in the Implementation of the GBF (GRI) — na prática, o primeiro balanço global coletivo da implementação do Marco de Kunming-Montreal. O mecanismo de revisão havia sido previsto desde a COP15 e foi posteriormente detalhado pela COP16. A COP17 será a primeira Conferência das Partes a realizar formalmente esse exercício, que deverá voltar a ocorrer na COP19.

O relatório reúne principalmente informações fornecidas pelos países por meio dos relatórios nacionais, NBSAPs e metas nacionais, complementadas por indicadores globais, avaliações científicas e outras fontes. Seu objetivo não é avaliar ou classificar individualmente os países, mas verificar se, coletivamente, o mundo está avançando em velocidade suficiente para cumprir as quatro metas de longo prazo e os 23 alvos do GBF.

A principal conclusão é preocupante: há avanços em todos os 23 alvos, mas a escala e a velocidade das ações atuais são insuficientes para alcançar os objetivos estabelecidos para 2030 (Tabela 1). Em outras palavras, o problema não é ausência de ação, mas uma distância significativa entre o que está sendo implementado e o que seria necessário para deter e reverter a perda de biodiversidade. Essa foi também a mensagem que orientou as discussões do SBSTTA 28: a implementação permanece fora da trajetória necessária para 2030.

Os avanços também são muito desiguais entre metas e países. Entre os 23 alvos, o relatório identifica progresso relativamente maior em algumas áreas, incluindo medidas relacionadas às mudanças climáticas e biodiversidade (Target 8), enquanto diversas outras permanecem significativamente atrasadas. Além disso, os países partem de condições muito diferentes para implementar o GBF, e algumas das regiões mais biodiversas do mundo enfrentam justamente as maiores limitações financeiras, tecnológicas, científicas e institucionais.

Um dos achados mais importantes é que os meios de implementação constituem um dos principais gargalos. Os recursos financeiros disponíveis permanecem abaixo da escala, previsibilidade, acessibilidade e rapidez necessárias. Ao mesmo tempo, financiamento sozinho não é suficiente: o relatório identifica lacunas importantes de capacitação, transferência de tecnologia, cooperação científica e técnica, infraestrutura institucional e sistemas de dados e monitoramento.

Tabela 1 – Resumo da situação global das 23 metas do GBF apresentado no primeiro balanço global da implementação do GBF

Meta GBF	Tema principal	Situação geral indicada pelo Global Report	Principal mensagem
1	Planejamento espacial e redução da perda de biodiversidade	🟡 Progresso, mas insuficiente	Planejamento territorial está avançando, mas ainda não cobre adequadamente todas as áreas e pressões sobre biodiversidade.
2	Restaurar 30% dos ecossistemas degradados	🟠 Distante da trajetória necessária	A restauração aumentou, mas escala e velocidade permanecem muito abaixo do necessário para atingir 30% até 2030.
3	Conservar 30% das terras e oceanos – "30x30"	🟡 Progresso importante, mas insuficiente	Áreas protegidas e outras medidas de conservação estão aumentando, porém cobertura, representatividade, conectividade e efetividade continuam sendo desafios.
4	Recuperação de espécies e diversidade genética	🟠 Progresso insuficiente	O risco de extinção e o declínio populacional de espécies continuam preocupantes; são necessárias ações específicas de recuperação.
5	Uso, coleta e comércio sustentável de espécies	🟡 Progresso parcial	Existem políticas e iniciativas, mas exploração insustentável e comércio ilegal continuam exercendo pressão sobre espécies.
6	Espécies exóticas invasoras	🟡 Progresso parcial	Há avanços em prevenção e controle, mas invasões biológicas continuam crescendo e exigem maior capacidade de resposta.
7	Redução da poluição	🟠 Insuficiente	Nutrientes, pesticidas, plásticos e outras formas de poluição continuam sendo importantes fatores de perda de biodiversidade.
8	Mudanças climáticas e biodiversidade	🟢 Entre os maiores avanços observados	É a meta que aparece com sinais relativamente mais fortes de progresso, embora os impactos climáticos sobre a biodiversidade continuem aumentando.
9	Uso sustentável de espécies silvestres	🟡 Progresso parcial	Existem avanços e boas práticas, mas é necessário ampliar manejo sustentável e benefícios para comunidades dependentes da biodiversidade.
10	Agricultura, aquicultura, pesca e florestas sustentáveis	🟡/🟠 Progresso insuficiente	Práticas sustentáveis estão aumentando, porém ainda não alcançaram escala suficiente para transformar os sistemas produtivos.

Meta GBF	Tema principal	Situação geral indicada pelo Global Report	Principal mensagem
11	Serviços ecossistêmicos e contribuições da natureza às pessoas	🟡 Progresso desigual	Soluções baseadas na natureza e restauração oferecem oportunidades, mas muitos serviços ecossistêmicos continuam se deteriorando.
12	Biodiversidade e espaços verdes urbanos	🟡 Algum progresso	Cidades vêm incorporando biodiversidade e infraestrutura verde, mas implementação permanece desigual.
13	Recursos genéticos e repartição de benefícios	🟡 Avanços institucionais	Houve desenvolvimento de mecanismos de ABS, mas implementação e repartição efetiva de benefícios precisam avançar.
14	Integrar biodiversidade às políticas e decisões	🟠 Progresso insuficiente	Biodiversidade ainda não está suficientemente integrada às políticas econômicas, planejamento e decisões de outros setores.
15	Empresas e instituições financeiras	🟡 / 🟠 Em desenvolvimento	Crescem iniciativas de disclosure e avaliação de riscos, mas impactos empresariais sobre biodiversidade ainda não são adequadamente incorporados às decisões.
16	Consumo sustentável	🟠 Insuficiente	Padrões globais de produção e consumo continuam gerando forte pressão sobre biodiversidade.
17	Biossegurança e biotecnologia	🟡 Progresso institucional, com lacunas	Existem estruturas de biossegurança, mas capacidades nacionais e novas tecnologias, incluindo biologia sintética, representam desafios.
18	Reduzir subsídios e incentivos prejudiciais	🔴 / 🟠 Grande lacuna de implementação	Reformar incentivos prejudiciais à biodiversidade continua sendo uma das transformações estruturais mais difíceis.
19	Mobilizar US$ 200 bilhões/ano para biodiversidade	🔴 / 🟠 Muito aquém das necessidades	O financiamento aumentou em algumas áreas, mas permanece significativamente abaixo da escala, previsibilidade e acessibilidade necessárias.
20	Capacitação, tecnologia e cooperação científica	🟠 Importante lacuna	Falta de capacidade técnica, científica, tecnológica e institucional limita a implementação, sobretudo nos países em desenvolvimento.
21	Dados, informação e conhecimento	🟡 / 🟠 Progresso com grandes lacunas	Sistemas de dados melhoraram, mas disponibilidade, interoperabilidade, infraestrutura e capacidade de monitoramento continuam limitadas.

Meta GBF	Tema principal	Situação geral indicada pelo Global Report	Principal mensagem
22	Participação, direitos e povos indígenas e comunidades locais	🟡 Avanços, mas implementação desigual	O GBF ampliou reconhecimento e participação, porém persistem barreiras para participação efetiva de IPLCs, mulheres e jovens.
23	Igualdade de gênero	🟡 Progresso institucional, implementação limitada	Há maior reconhecimento da dimensão de gênero, mas ainda é necessário transformar compromissos em participação e resultados concretos.

O relatório também mostra que ainda é necessário avançar na integração da biodiversidade nas políticas de outros setores. A implementação do GBF exige abordagens *whole-of-government*, nas quais biodiversidade seja incorporada às decisões econômicas, produtivas e de desenvolvimento, e *whole-of-society*, com maior participação de povos indígenas e comunidades locais, mulheres, jovens, setor privado, sociedade civil e outros atores. O próprio processo de revisão identificou limitações de recursos, capacidade, acesso à informação e mecanismos de participação para atores não estatais.

Outro problema importante é a qualidade e disponibilidade dos dados. Lacunas nos indicadores, fragmentação dos dados, infraestrutura tecnológica insuficiente e diferenças na capacidade nacional de monitoramento dificultam determinar com precisão o quanto de progresso ocorreu. Por isso, o relatório alerta implicitamente contra interpretar ausência de informação como ausência de ação e recomenda fortalecer os sistemas nacionais de monitoramento e conhecimento.

Desigualdade de capacidades e limites do próprio sistema de monitoramento

Um dos debates mais relevantes foi sobre como interpretar os resultados da revisão global. Brasil, Índia, Egito, Fiji e outros países advertiram que uma ausência de dados não deveria ser automaticamente interpretada como ausência de implementação. Países com menor capacidade estatística, tecnológica ou institucional podem estar realizando ações que não aparecem adequadamente nos sistemas internacionais de monitoramento. Pequenos Estados insulares também observaram que sua representação na análise era limitada, em parte porque poucos conseguiram apresentar todos os relatórios dentro dos prazos estabelecidos. Assim, consolidou-se a recomendação de que a revisão global seja utilizada como um mecanismo facilitador, destinado a identificar sucessos, lacunas, necessidades de apoio e oportunidades de cooperação, e não como um ranking do desempenho individual dos países. Ao mesmo tempo, houve reconhecimento de que o próprio sistema de monitoramento precisa ser aperfeiçoado. Foram identificadas limitações metodológicas em alguns indicadores, dificuldades de acesso a dados, fragmentação das informações e insuficiência de infraestrutura e capacidade técnica para monitoramento.

Entre as recomendações encaminhadas à COP17 está a criação de um Ad Hoc Technical Expert Group (AHTEG) para apoiar a operacionalização do sistema de monitoramento até a COP18. Também se recomendou fortalecer os sistemas nacionais de monitoramento e gestão do

conhecimento e ampliar apoio financeiro, tecnológico e de capacitação, especialmente aos países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares.

Financiamento: a principal disputa política

O financiamento emergiu como uma das maiores — possivelmente a maior — barreiras à implementação do GBF. Países em desenvolvimento argumentaram que o nível atual de financiamento internacional é incompatível com a escala das metas assumidas. O Grupo Africano chamou atenção, por exemplo, para a redução aproximada de 27% entre os recursos da nona reposição do Global Environment Facility (GEF-9) e a reposição anterior, justamente no momento em que se exige dos países uma aceleração da implementação. Países latino-americanos também destacaram dificuldades de acesso aos recursos e argumentaram que algumas das regiões que concentram grande parte da biodiversidade mundial enfrentam obstáculos para acessar financiamento concessional.

Do outro lado do debate, Austrália, Canadá, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Suíça e Reino Unido defenderam a necessidade de ampliar a base de países contribuintes, questionando se a atual classificação de países desenvolvidos responsáveis por fornecer recursos, praticamente inalterada desde 2006, ainda corresponde à realidade econômica internacional. A controvérsia expôs uma divisão estrutural das negociações: como conciliar as obrigações financeiras históricas dos países desenvolvidos com o argumento de que economias emergentes também deveriam contribuir mais para o financiamento internacional da biodiversidade.

Essa disputa não foi resolvida em Nairobi. Várias disposições relacionadas à mobilização de recursos e ao mecanismo financeiro seguem entre colchetes — isto é, sem consenso — e precisarão ser negociadas politicamente na COP17.

O mesmo ocorreu com o Cali Fund, criado para receber contribuições de empresas e outros usuários comerciais de informações de sequência digital de recursos genéticos e repartir benefícios com os países e comunidades que fornecem a biodiversidade da qual essas informações derivam. Países em desenvolvimento questionaram aspectos da governança e transparência do Fundo, inclusive um Memorando de Entendimento entre o Secretariado da CBD e o UN Multi-Partner Trust Fund Office. Houve consenso sobre a necessidade de aumentar a transparência, mas não sobre o mecanismo para fazê-lo. Uma sessão informal e um webinar deverão ocorrer antes da COP17 para esclarecer questões operacionais, sem substituir as decisões políticas que caberão à Conferência.

Capacitação, tecnologia e cooperação como condições para implementação

Outro resultado importante foi o reconhecimento de que financiamento, isoladamente, não solucionará os problemas de implementação. Países precisam de instituições, recursos humanos, conhecimento, infraestrutura científica, sistemas de dados e capacidade tecnológica para transformar recursos financeiros em ações concretas. Nairobi reforçou, portanto, uma visão integrada dos chamados means of implementation: financiamento, capacitação, cooperação científica e técnica e transferência de tecnologia são condições interdependentes.

Essa conclusão é particularmente significativa para o GBF porque desloca parte da discussão internacional de uma lógica exclusivamente financeira para uma discussão mais ampla sobre capacidade real de implementação. Mesmo quando existem compromissos nacionais e recursos disponíveis, ausência de instituições, pessoal qualificado, tecnologias ou sistemas de monitoramento pode impedir que as metas sejam alcançadas.

Participação de toda a sociedade e integração da biodiversidade nas políticas públicas

As reuniões também enfatizaram que a implementação do GBF não pode permanecer restrita aos ministérios do meio ambiente. O avanço das metas dependerá de abordagens whole-of-government e whole-of-society, incorporando biodiversidade a políticas econômicas, agrícolas, de infraestrutura, planejamento territorial e outros setores.

Houve, entretanto, divergências sobre a maneira de representar atores não estatais e detentores de direitos. Povos indígenas e comunidades locais, organizações de mulheres e jovens defenderam uma participação mais explícita e substantiva no monitoramento e na implementação. Algumas delegações também propuseram incorporar pessoas com deficiência, empresas e setores industriais às referências a atores não estatais. Organizações da sociedade civil advertiram, no encerramento, contra a tendência de relegar povos indígenas, mulheres e jovens a referências secundárias ou notas de rodapé, lembrando que sua participação está explicitamente incorporada aos princípios do GBF.

Biodiversidade marinha e a relação com o tratado BBNJ

Na agenda de biodiversidade marinha, houve avanços relacionados às Ecologically or Biologically Significant Marine Areas (EBSAs) e ao apoio à Meta 3 do GBF, que prevê conservar pelo menos 30% das áreas terrestres, águas interiores, zonas costeiras e oceanos até 2030.

Um tema particularmente delicado foi a relação entre a CBD e o novo Agreement on the Conservation and Sustainable Use of Marine Biological Diversity of Areas Beyond National Jurisdiction (BBNJ Agreement). Muitas delegações defenderam maior cooperação entre os dois instrumentos, enquanto outras insistiram que a CBD não deveria ultrapassar sua competência ou subordinar-se ao novo acordo. O compromisso alcançado reconheceu a possibilidade de cooperação, compartilhamento de informações científicas e promoção de sinergias, respeitando os respectivos mandatos jurídicos. Ainda assim, questões como a criação de um grupo consultivo específico para biodiversidade marinha além das jurisdições nacionais permanecem sem consenso e serão retomadas na COP17.

Biologia sintética e inteligência artificial

A biologia sintética tornou-se outro dos principais pontos de divergência. Países africanos, pequenos Estados insulares e vários países em desenvolvimento destacaram a necessidade de aplicar o princípio da precaução, fortalecer estruturas nacionais de biossegurança, garantir consentimento livre, prévio e informado quando aplicável e ampliar capacitação e transferência tecnológica. Outros ressaltaram os potenciais benefícios da biologia sintética para conservação e outras aplicações.

O debate tornou-se particularmente complexo em torno da criação de um novo grupo técnico especializado para acompanhar tecnologias emergentes, inclusive a convergência entre inteligência artificial, biologia computacional e biologia sintética. Algumas delegações consideraram essencial criar esse mecanismo de avaliação; outras argumentaram que seria redundante, oneroso e duplicaria estruturas já existentes. Por isso, a recomendação encaminhada à COP17 contém alternativas ainda entre colchetes: criar um novo AHTEG ou concluir que, por enquanto, não é necessário estabelecer um novo grupo.

Manejo sustentável da vida silvestre

Houve maior convergência em relação ao desenvolvimento de orientações globais voluntárias para o manejo sustentável da vida silvestre. Países africanos enfatizaram a necessidade de incorporar redução de conflitos entre pessoas e animais, restauração de ecossistemas e capacitação. Pequenos Estados insulares ressaltaram direitos de povos indígenas, repartição equitativa de benefícios e necessidade de recursos para monitoramento.

Brasil, juntamente com Antigua e Barbuda, Bahamas, Chile, Colômbia, Cuba, México, Panamá e Uruguai, propôs ainda iniciar um processo para desenvolver um programa de trabalho mais abrangente sobre uso sustentável da biodiversidade, com consultas às Partes e stakeholders e possível consideração formal na COP18.

Saúde e abordagem One Health.

Embora saúde não tenha constituído um eixo independente das reuniões de Nairobi, a interface entre biodiversidade, saúde humana e animal esteve presente especialmente nas discussões sobre manejo sustentável da vida silvestre, zoonoses e biossegurança. As recomendações encaminhadas à COP17 reconhecem a relevância da abordagem One Health e recomendam que respostas aos riscos de doenças, particularmente zoonoses, sejam fundamentadas na melhor evidência científica disponível e no conhecimento tradicional. Essa discussão se insere em um movimento mais amplo da Convenção sobre Diversidade Biológica: a COP16 adotou o Global Action Plan on Biodiversity and Health, destinado a apoiar a implementação do Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework por meio de One Health. Assim, a agenda da COP17 poderá contribuir também para aproximar políticas de biodiversidade, prevenção de zoonoses, biossegurança e preparação para pandemias.

O que Nairobi representa dentro do Global Biodiversity Framework

A importância de SBSTTA 28 e SBI 7 vai além das decisões individuais adotadas. Nairobi foi essencialmente o momento em que o GBF começou a passar de um marco de compromissos para um sistema de accountability e implementação.

A COP15 definiu onde o mundo quer chegar em 2030 e 2050. A COP16 concentrou-se em construir parte dos mecanismos institucionais e financeiros para implementar esse acordo. Nairobi, por sua vez, produziu o primeiro diagnóstico coletivo suficientemente amplo para indicar se o sistema está funcionando. E a resposta foi clara: existe mobilização, mas o ritmo é insuficiente.

Por isso, o resultado mais importante talvez não seja uma decisão específica, mas a consolidação da ideia de que a COP17 deverá ser uma COP de aceleração da implementação, e não simplesmente mais uma conferência de reafirmação de compromissos. A própria CBD descreve a revisão global como a base de evidências que deverá orientar decisões para aumentar a ambição, ampliar a escala das ações e acelerar a implementação.

O "Yerevan Pathway" e os próximos passos para a COP17

As recomendações de Nairobi começaram a estruturar o que passou a ser chamado de Yerevan Pathway, concentrado em cinco áreas prioritárias: conclusão e fortalecimento das NBSAPs e metas nacionais; fortalecimento dos meios de implementação, especialmente financiamento, capacitação, tecnologia e cooperação técnica; ampliação de abordagens de whole-of-government; fortalecimento da participação de toda a sociedade, incluindo povos

indígenas e comunidades locais, mulheres e jovens; e melhoria dos sistemas de monitoramento, dados e conhecimento.

A COP17 terá, portanto, uma agenda decisiva. Entre 19 e 30 de outubro de 2026, as Partes deverão realizar formalmente a primeira revisão global coletiva do GBF, transformar o diagnóstico produzido até agora em decisões para acelerar a implementação e resolver vários textos que permaneceram entre colchetes em Nairobi.

Entre os temas que precisarão de decisão estão o financiamento internacional da biodiversidade e a base de países contribuintes; a governança e modalidades adicionais do Cali Fund; os mecanismos de capacitação, cooperação científica e transferência tecnológica; aspectos ainda não resolvidos do sistema de indicadores e monitoramento; a relação entre CBD e BBNJ; o futuro acompanhamento da biologia sintética e de tecnologias como inteligência artificial; e mecanismos para ampliar a participação de governos subnacionais, povos indígenas, comunidades locais, mulheres, jovens, empresas e outros atores na implementação.

O desafio colocado por Nairobi para Yerevan é, portanto, bastante concreto. Com apenas quatro anos restantes até 2030, já não basta reafirmar as 23 metas do Global Biodiversity Framework. O centro da negociação passa a ser como criar as condições financeiras, institucionais, científicas, tecnológicas e políticas para que essas metas possam efetivamente ser implementadas em todos os países. Como sintetiza a análise das reuniões, a questão deixou de ser se os países irão avançar e passou a ser se conseguirão avançar rápido o suficiente — e de maneira suficientemente coordenada e equitativa — para colocar a natureza em uma trajetória de recuperação até 2030.